

O MUNDO CRIOU O OCIDENTE

JOSEPHINE QUINN

O MUNDO CRIOU
O OCIDENTE

Uma História com Quatro Mil Anos

Tradução de
Paulo Tavares e Sara M. Felício

TEMAS E DEBATES

Sumário

<i>Notas para o Leitor</i>	13
Introdução	15
1. Uma Única Vela.....	28
2. O Palácio de Minos.....	39
3. As Rotas de Âmbar	56
4. O Mar em Erupção	69
5. Irmãos de Armas	84
6. A Cidade do Alfabeto	98
7. Mudança de Regime.....	112
8. Não Sou Teu Servo	127
9. Através dos Pilares	138
10. A Invenção da Grécia	154
11. O Mediterrâneo Assírio	169
12. Aquele Que Viu o Abismo	185
13. O Rio Amargo	198
14. O Rei dos Reis	213
15. A Versão Persa.....	223
16. Pensamento Continental	235
17. De Elefantes e Reis.....	247
18. Nuvens no Ocidente	261
19. Lutar pela Liberdade	276
20. Roma, Cidade Aberta	293
21. Ventos Alísios.....	308
22. Estradas de Sal.....	324
23. A Ascensão dos Bárbaros	337
24. Reis do Mundo	353
25. O Pai da Europa.....	366
26. O Movimento de Tradução.....	381
27. O Sinal da Cruz	395

28. <i>Kalila wa-Dimna</i>	415
29. A Terra das Trevas	429
30. Um Novo Mundo.....	445
<i>Notas</i>	449
<i>Créditos das Imagens</i>	595
<i>Índice Remissivo</i>	599
<i>Agradecimentos</i>	613

Notas para o Leitor

Num livro sobre tantas pessoas e lugares, línguas e escritas, a consistência das convenções ortográficas é impossível. O meu objetivo foi evitar distrações desnecessárias e, por isso, utilizo frequentemente nomes que são mais familiares do que estritamente corretos. As minhas desculpas antecipadas àqueles que têm um conhecimento mais aprofundado. Também prefiro identificar as pessoas pela sua origem geográfica e não por uma suposta etnia, muitas vezes criada por elementos externos ou mesmo por historiadores modernos, e, para maior clareza, prefiro o concreto ao abstrato – por exemplo, «Ásia Ocidental» a «Próximo Oriente». Utilizo A.E.C. e E.C., em vez de a.C. e d.C., por formação e hábito, embora defenda que este sistema de notação continua a referir-se não a uma era verdadeiramente «Comum», mas a uma era «Cristã».* Além disso, opto por maiuscular Ocidente, Oriente, Norte e Sul quando os refiro como conceitos e não como pontos cardeais.

* E.C. (Era Comum) e A.E.C. (Antes da Era Comum): abreviaturas utilizadas em substituição das habituais a.C. (antes de Cristo) e d.C. (depois de Cristo). [*N. dos T.*]

Introdução

Todos os anos, em novembro, sento-me no sofá dos meus aposentos na faculdade para analisar o conjunto de candidaturas a licenciatura desse ano e leio a mesma ideia, quase exatamente com as mesmas palavras: «Quero estudar o mundo antigo porque a Grécia e Roma são as raízes da civilização ocidental.»

Compreendo o porquê de alguns dos meus futuros alunos verem as coisas desta forma. Várias fontes de referência respeitáveis, desde a *Enciclopédia Britânica* até à Wikipédia, descrevem o desenvolvimento de uma cultura ocidental distinta e delimitada, assente nas ideias e valores da Grécia e de Roma, perdida pela Europa durante a Idade das Trevas, mas redescoberta pelo Renascimento. Por vezes, esta narrativa também envolve as terras e a literatura da Bíblia, mas, se outras «civilizações» antigas são sequer mencionadas, é apenas para serem suplantadas pelo mundo clássico numa inexorável marcha da história e da cultura para ocidente.

Os antecessores dos gregos e dos romanos podem ser interessantes – até impressionantes –, mas não são «nossos». Qualquer contributo que deem é ultrapassado pelo da Grécia e de Roma, consideradas responsáveis por todo o tipo de coisas boas, desde a filosofia e a democracia ao teatro e ao cimento. Os vizinhos dos gregos e dos romanos são completamente ignorados, bem como os encontros posteriores entre os europeus ocidentais e os povos a norte, sul e leste.

Poder-se-ia pensar que, enquanto professora de estudos clássicos, eu aprovaria esta visão. É verdade que considero os estudos greco-romanos ricos e gratificantes, e o lugar reservado aos gregos e romanos no centro das ideias sobre o «Ocidente» é uma das razões pelas quais a minha disciplina ainda existe. No entanto, três décadas de ensino e investigação convenceram-me de que uma narrativa centrada apenas na Grécia e em Roma empobrece a nossa visão do passado e a compreensão do nosso próprio mundo. A verdadeira história por trás daquilo a que atualmente se chama Ocidente é muito maior e mais interessante.

Desde logo, os gregos e os romanos tinham as suas próprias histórias, enraizadas noutras regiões e povos mais antigos, e adaptaram a maior parte das suas ideias e tecnologias de outros lugares: códigos legais e literatura da Mesopotâmia, escultura em pedra do Egito, irrigação da Assíria e o alfabeto do Levante. Sabiam isto e celebravam-no.

Os gregos também tinham consciência de que partilhavam o Mediterrâneo com outros povos – cartagineses e etruscos, ibéricos e israelitas – e de que viviam junto de impérios mais poderosos a leste. As suas lendas ligam os heróis gregos às rainhas, reis e deuses de terras estrangeiras, reais e imaginários: fenícios, frígios, amazonas. Entretanto, o mito da fundação de Roma fez da cidade um local de acolhimento para refugiados, ainda que o poeta romano Catulo se pudesse imaginar a viajar com amigos para a Índia, a Arábia, a Pártia, o Egito e até mesmo para a terra dos «bretões no limite do mundo».¹

Por outro lado, os gregos e os romanos raramente partilhavam os valores que atualmente se designam por ocidentais. Na verdade, muito do que estes antigos tomavam por garantido parecia hoje pouco familiar, ou mesmo inaceitável. Os atenienses praticavam a democracia para os homens, que elogiavam a sedução dos rapazes, enquanto as suas mulheres se mantinham silenciosas e veladas. Os romanos abraçavam a escravatura em grande escala e assistiam a execuções públicas por diversão.

Por último, não existe uma ligação privilegiada entre os antigos gregos e romanos e o «Ocidente» moderno: os Estados-nação da Europa Ocidental e as suas colónias além-mar. A capital do Império Romano foi transferida para Constantinopla em meados do primeiro milénio E.C. e aí permaneceu ao longo de mais de mil anos. Durante esse período, os muçulmanos combinaram a aprendizagem grega com a ciência da Pérsia, da Índia e da Ásia Central, enquanto as novas tecnologias circulavam por África, pela Arábia e pelo oceano Índico, à medida que os marinheiros dos mares do Norte e os cavaleiros das estepes canalizavam mercadorias e ideias da China para a Irlanda.

É este o vasto mundo desde o Pacífico até ao Atlântico que as nações em ascensão da Europa Ocidental herdaram no século XV E.C., quando se lançaram num novo. Não obstante, estes milénios de interação foram em grande parte esquecidos, abafados por ideias desenvolvidas no período vitoriano que organizaram o mundo em «civilizações», não só separadas como muitas vezes mutuamente opostas.

É meu intuito contar uma história diferente: uma que não começa no Mediterrâneo greco-romano e depois ressurge na Itália renascentista, mas que traça as relações que construíram o que hoje se chama o Ocidente desde a Idade do Bronze até à Era da Exploração (ou dos Descobrimientos), à medida que as sociedades se encontravam, interligavam e, por vezes, distanciavam. Em termos mais gerais, pretendo defender a ideia de que são as ligações, e não as civilizações, que impulsionam a mudança histórica.

Atualmente, as civilizações são uma forma tão familiar de ver o mundo que podem parecer factos naturais, um modelo universal para a organização da sociedade humana. Na realidade, são uma invenção europeia relativamente recente, fazendo parte de um fenómeno a que chamo «pensamento civilizacional».

Até pleno século XVIII, a tradição bíblica de que toda a terra fora povoada pelos filhos de Noé, depois de terem sobrevivido ao Grande Dilúvio, encorajava uma abordagem inclusiva do passado: todos os seres humanos partilhavam origens comuns e eram todos membros da mesma família.² A «descoberta» do Novo Mundo e a expansão dos missionários cristãos por todo o planeta trouxeram histórias fascinantes de novos povos que foram diligentemente integradas neste esquema bíblico.³

A noção de civilização surgiu em duas fases: singular e plural. Quando a palavra foi utilizada pela primeira vez em França, na década de 1750, designava um conceito abstrato de sociedade avançada.⁴ Após a década de 1760, foi defendida por filósofos escoceses que delinearum um conjunto padrão de evoluções conducentes a esta plena realização do potencial humano, desde caçadores até pastores, agricultores, comerciantes e industriais.⁵ Como explicou mais tarde o liberal britânico John Stuart Mill, o progresso rumo à civilização, neste sentido, era medido pela adoção da agricultura, das cidades, da indústria, da tecnologia e do comércio:

Sejam quais forem as características daquilo a que chamamos vida selvagem, o seu contrário, ou as qualidades que a sociedade adquire quando se livra delas, constitui a civilização. Assim, uma tribo selvagem consiste num punhado de indivíduos que vagueiam ou que se dispersam muito por um vasto território. A uma população densa, portanto, que resida em habitações fixas e se reúna em grande medida em cidades e aldeias, chamamos

civilizada. Na vida selvagem não há comércio, não há indústria, não há (ou quase não há) agricultura. A um país rico nos frutos da agricultura, do comércio e da indústria chamamos civilizado.⁶

A civilização neste sentido singular era, em teoria, um estado a que qualquer sociedade humana podia aspirar com esforço e educação suficientes, e todas as sociedades podiam ser classificadas de acordo com o seu sucesso nesta vertente.* Na prática, o padrão foi estabelecido pela Europa Ocidental. «Estes elementos», explicou Mill, «existem na Europa moderna, e especialmente na Grã-Bretanha, num grau mais eminente e num estado de progressão mais rápida do que em qualquer outra época ou lugar.»⁷

Este conceito abstrato de civilização serviu também de útil apoio ao imperialismo da Europa Ocidental.⁸ Mill, que trabalhou para a Companhia Britânica das Índias Orientais durante mais de trinta anos, considerava que as sociedades civilizadas tinham conquistado um direito à liberdade e à soberania que faltava às sociedades menos desenvolvidas.⁹ Tinham igualmente o dever de ajudar os outros na sua própria viagem pelo mesmo caminho, mas, como Mill afirmou em 1859: «O despotismo é um modo de governo legítimo para se lidar com os bárbaros, desde que a finalidade seja o seu avanço.»¹⁰

No século XIX, não havia «civilizações», apenas «civilização», e as opiniões de Mill representam o culminar desta primeira fase do pensamento civilizacional. Na sua opinião, se a civilização podia ser decomposta, era apenas em termos de grau. Todavia, na altura em que escrevia os seus textos, o universalismo iluminista e uma ideia de progresso histórico constante estavam a dar lugar ao particularismo e ao relativismo cultural. Alguns estudiosos tinham já começado a utilizar a forma plural «civilizações» para descrever grupos humanos específicos em determinadas regiões, com as suas próprias histórias distintas e caracteres duradouros, nos quais o desenvolvimento era um processo interno e gerado por si mesmo.

Em 1828, o historiador e político francês François Guizot proferiu uma série de palestras na Sorbonne sobre uma «História Geral da Civilização na Europa». Na primeira, abordou «a civilização geral de toda a

* Nem todas as tradições intelectuais europeias viam a «civilização» como o objetivo final: os académicos alemães, por exemplo, tendiam a defender a força moral de uma fase anterior da *Kultur* em detrimento da decadente elegância francesa da *Zivilisation* em que esta sempre ameaçara tornar-se.

espécie humana».¹¹ Na segunda, porém, debruçou-se sobre as «civilizações» – instâncias individuais desta civilização geral – e, em particular, sobre as que precederam a civilização «europeia», na qual estava mais interessado: índios, etruscos, romanos e gregos, entre outros.

Na sua opinião, já possuíam caracteres distintos: «Quando olhamos para as civilizações que precederam a da Europa moderna, é impossível não ficarmos impressionados com a unidade de carácter [...]. Cada uma delas parece ter emanado de um único facto, de uma única ideia [...] que prevaleceu universalmente e determinou o carácter das suas instituições, dos seus costumes, das suas opiniões – em suma, de todos os seus desenvolvimentos.»¹² No Egito, tal facto ou ideia é a teocracia, por exemplo, enquanto na Fenícia é o comércio.

E isso deixa-os em caminhos diferentes dos da civilização «essencialmente europeia» da época de Guizot, partilhada por Inglaterra, França, Alemanha e Espanha, e que se distinguiu pela complexidade e liberdade: «Ao passo que em todos os outros lugares a predominância de um princípio produziu a tirania, a variedade de elementos da civilização europeia, e a guerra constante em que estiveram envolvidos, deram origem na Europa à liberdade que tanto prezamos».^{13*} Esses múltiplos elementos eram, na opinião de Guizot, a Igreja Cristã, os romanos e «os rudes bárbaros da Germânia» que lhes sucederam.

Esta perspectiva exemplifica outro aspeto do pensamento civilizacional europeu: a procura de antepassados culturais autóctones. Alguns, como Guizot, olhavam para a Germânia, para Roma e para a Igreja Romana. Outros, encorajados pelo apoio «fileleno» da Europa à guerra de independência da Grécia perante os turcos otomanos (1821-30), olharam antes para os gregos. Esta abordagem é muito bem ilustrada por uma afirmação surpreendente feita pelo próprio John Stuart Mill em 1846, segundo a qual a derrota imposta pelos atenienses aos persas na Batalha de Maratona foi um dos acontecimentos mais importantes da história *inglesa*:

* Tal como Mill, Guizot salienta o lugar especial da sua própria nação: «A situação em que nos encontramos, como franceses, oferece-nos uma grande vantagem para iniciar o estudo da civilização europeia, pois, sem pretender lisonjear o país a que estou ligado por tantos laços, não posso deixar de considerar a França o centro, bem como o foco, da civilização da Europa [...]. Há, na verdade, no génio dos franceses, algo de sociável, de simpático, algo que se espalha com mais facilidade e energia do que no génio de qualquer outro povo.»

Os verdadeiros antepassados das nações europeias (como já bem se disse) não são aqueles de cujo sangue elas brotaram, mas aqueles de quem elas extraíram a parte mais rica da sua herança. A batalha de Maratona, mesmo em termos da história de Inglaterra, é mais importante do que a batalha de Hastings. Se o desfecho desse dia tivesse sido diferente, os bretões e os saxões poderiam ainda andar a vaguear pelos bosques.¹⁴

Independentemente das suas preferências em relação aos modelos históricos, os intelectuais europeus do século XIX centraram-se cada vez mais nas civilizações, em vez de na civilização, e na identificação e classificação dos traços culturais inerentes às sociedades individuais, em vez de no seu progresso em direção a um ideal humano comum. Nesta perspetiva, as culturas não só estavam completamente separadas umas das outras como também tinham limites naturais para o seu desenvolvimento. Com o passar do tempo, esta ideia ajudou a justificar formas mais duras de domínio imperial sobre povos que, naquela época, eram considerados irremediavelmente diferentes e inferiores.¹⁵ O Império não tinha agora um fim natural.

É certo que a distinção entre diferentes povos não era algo novo, tal como não o era a feliz descoberta de que o carácter da sua própria tribo se afigurava o mais objetivamente atraente. Mas a construção de uma classificação global da cultura humana era uma novidade. E foi encorajada por outra noção popular que surgiu por volta da mesma altura, a de que os seres humanos podiam ser divididos em «raças», com capacidades naturais e inteligência diferentes, cuja evolução era prescrita – ou limitada – por estas características biológicas inatas.¹⁶ Tais raças eram então hierarquizadas segundo uma variedade de sistemas de código de cores que dispunham os australianos no fundo da tabela – seguidos pelos africanos e pelos asiáticos orientais, por esta ordem – e os europeus no topo.

A ideia de uma civilização europeia podia, ainda assim, ser problemática. Muitos colonos europeus dos novos Estados Unidos viram a Revolução Americana como uma rutura clara com o Velho Mundo. Entretanto, as preocupações em torno da Rússia cresciam entre os que tinham ficado para trás. Uma alternativa sedutora era o «Ocidente», uma noção mais flexível que poderia ser utilizada em complemento ou em substituição da de Europa. Com efeito, poderia abranger a parte pretendida da Europa e abarcar as colónias europeias além-mar.¹⁷

Este «Ocidente» surgia em sintonia com uma noção igualmente flexível de «Oriente». No século XIX, a fronteira entre ambos marcava frequentemente as divisões políticas no seio da Europa: em 1834, o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, o visconde Palmerston, descreveu uma coligação entre a Grã-Bretanha, França, Portugal e Espanha como uma «aliança entre os Estados constitucionais do Ocidente» e «um contrapeso à Santa Aliança do Oriente»: Rússia, Prússia e Áustria. Um contraste semelhante verificou-se nos debates internos russos entre «ocidentalistas» e «eslavófilos», com a Guerra da Crimeia de 1854 a reforçar a ideia de uma distinção entre a Rússia (agora a atuar sozinha) e os restantes países.¹⁸

A mesma distinção binária poderia ser aplicada à raça e à religião, e não apenas na fronteira entre a Europa e a Ásia. Em 1891, Edward Freeman, professor *regius* de História Moderna em Oxford, publicou uma *História da Sicília*, na qual invocava as mesmas oposições fundamentais entre os seus antigos habitantes gregos e fenícios e os seus posteriores habitantes cristãos e muçulmanos:

Tinha de ser debatido [...] se a ilha central do mar central deveria pertencer ao Ocidente ou ao Oriente, aos homens de ascendência ariana ou semita. E, como sempre acontece quando os homens de ascendência semita entram em cena, a luta de raças foi, desde o início, agravada pela luta de credos. A Sicília, enquanto posto avançado da Europa, tinha de ser defendida ou conquistada, primeiro aos fenícios e depois aos sarracenos.¹⁹

O pensamento civilizacional e o Ocidente foram-se juntando lentamente numa noção de «civilização ocidental» caracterizada pela democracia e pelo capitalismo, pela liberdade e pela tolerância, pelo progresso e pela ciência.²⁰ Era fundamentalmente cristã, e baseava-se na tradição bíblica, embora a Igreja Católica Latina e o Novo Testamento Grego tivessem ajudado a entrelaçar a Grécia e Roma no centro da história. Em 1912, J. C. Stobart, professor de Cambridge, pôde começar orgulhosamente o seu popular volume sobre *A grandeza que foi Roma* – complementar à sua obra de 1911 sobre *A glória que foi a Grécia* – com estas palavras: «Atenas e Roma estão lado a lado como pais da civilização ocidental».²¹

No século XX, os limites imaginados da civilização ocidental continuaram a sofrer transformações. A «Cortina de Ferro», que caiu sobre a

Europa em 1945 delineou uma nova fronteira com interesses russos e o Ocidente tornou-se um ponto de encontro para a aliança entre os Estados Unidos e as nações da Europa Ocidental.²² Os acontecimentos de setembro de 2001 ajudaram a realinhar o Oriente com o Mundo Islâmico, mas, no momento em que termino este livro, a guerra na Ucrânia volta a complicar o quadro geral.

A forma como se escreve sobre as civilizações também mudou. Em meados do século xx, as hierarquias diretas tinham saído de moda, substituídas por estudos que adotavam uma abordagem superficialmente neutra, comparando diferentes civilizações em vez de as classificar.²³ Em 1963, Fernand Braudel, o grande historiador francês do Mediterrâneo, publicou um livro didático com o título *Le Monde actuel, histoire et civilisation* (mais tarde traduzido para inglês como *A History of Civilizations*), no qual defendeu que as «civilizações» têm os seus próprios caracteres, bem como um «inconsciente coletivo».²⁴ Braudel mostrou-se aberto à ideia de que, a um nível superficial, estas eram porosas: «À primeira vista, na verdade, cada civilização assemelha-se um pouco a um terminal ferroviário de mercadorias, constantemente a receber e a enviar encomendas diversas». Mas as diferenças entre elas, ainda assim, «incorporam características mais ou menos permanentes» que são «pouco suscetíveis de mudança gradual».²⁵

Uma geração depois, o fim da Guerra Fria viria a dar um novo fôlego ao pensamento civilizacional. Em 1996, Samuel P. Huntington, politólogo de Harvard, descreveu as civilizações enquanto característica definidora de uma nova era, argumentando que as distinções mais importantes entre os povos eram então culturais e religiosas, e não políticas ou económicas. Huntington identificou nove civilizações suas contemporâneas com denominações geográficas e religiosas, incluindo uma civilização «ocidental» que se estendia até à antiga Cortina de Ferro e, para lá dela, uma «ortodoxa» e uma «islâmica». Para nós, o mais importante é que tal contexto, no entendimento de Huntington, refletia uma condição humana permanente: «A história humana é a história das civilizações. É impossível pensar no desenvolvimento da humanidade noutros termos». Além disso, «durante a maior parte da existência humana, os contactos entre civilizações foram intermitentes ou inexistentes».²⁶

De acordo com estas considerações, cada cultura cresce como uma árvore individual, com as suas próprias raízes e ramos, que são muito diferentes das das suas vizinhas. Cada uma surge, floresce e declina, e fá-lo em

grande medida sozinha. O crescimento e a mudança são o resultado do desenvolvimento interno e não de ligações externas. Neste modelo, as civilizações podem mudar de nome, mas não mudam a sua natureza.

No século XXI, esta forma de pensar continua a constituir a norma, estabelecendo uma distinção entre o «Ocidente», uma cultura cristã com raízes greco-romanas ou até indo-europeias mais antigas, e o «Oriente», ora centrado na Rússia, na China ou no Islão. Mesmo as noções liberais de «multiculturalismo» pressupõem a existência, e inclusivamente o valor, de «culturas» individuais como ponto de partida. O pensamento civilizacional tornou-se um facto civilizacional.

A hierarquização também voltou a estar na moda. Na sua versão mais positiva, a ideia de um legado ocidental distinto e delimitado, construído em grande parte sobre os valores gregos e romanos, assume em particular – e de modo bastante otimista – a antiga Atenas como modelo de participação política, expressão criativa e liberdade de expressão. Tem igualmente novos defensores no ensino superior, como os Centros Ramsay para a Civilização Ocidental, que abriram em três grandes universidades australianas desde 2020.²⁷ Noutros quadrantes, os extremistas vestidos com capacetes espartanos ou tatuados com lemas romanos apelam ao valor intrínseco de uma herança branca, ocidental e europeia, sob a ameaça de uma Grande Substituição vinda do exterior.²⁸

É fácil concluir que a ideia das raízes gregas e romanas do Ocidente moderno é antiquada e certamente não a encontraremos hoje nos trabalhos académicos sérios, nem sequer nos livros didáticos de referência. Todavia, continua a existir, está a tornar-se mais popular e faz parte de um problema maior. O pensamento civilizacional incorpora um pressuposto de diferença duradoura e significativa entre as sociedades humanas que provoca danos reais. Há pessoas que morrem às mãos de fanáticos por um Ocidente Branco, enquanto as diferentes atitudes manifestadas em alguns países europeus perante os refugiados que fogem das guerras na Síria e na Ucrânia mostram como o poder do excecionalismo civilizacional é capaz de apagar o sofrimento humano.

O velho modelo de «raças» biológicas permanentes e separadas foi finalmente posto de lado pela ciência genética.²⁹ Os seres humanos estão todos intimamente relacionados uns com os outros – mais intimamente, por exemplo, do que a população mundial de chimpanzés, que é muito

mais pequena. É claro que as diferenças genéticas entre grupos de pessoas que vivem longe uns dos outros aumentam com o passar do tempo. No entanto, os recentes avanços na recolha e estudo de ADN antigo têm revelado que os agrupamentos genéticos mais densos que se podem mapear hoje no mundo são completamente diferentes dos do passado até relativamente recente. São um simples instantâneo de um processo humano contínuo de ligação e intercâmbio.

Os nossos antepassados viajavam com frequência, percorriam longas distâncias e encontravam frequentemente novas pessoas. A migração, a mobilidade e a mistura estão profundamente enraizadas na história humana. Como afirmou David Reich, geneticista de Harvard, uma árvore «é uma analogia perigosa para as populações humanas. A revolução do genoma ensinou-nos que grandes misturas de populações altamente divergentes ocorreram de forma repetida. Em vez de uma árvore, uma metáfora melhor poderá ser a de uma latada que se ramifica e remistura desde o passado longínquo.»³⁰

Está na altura de adotarmos uma abordagem semelhante em relação à cultura humana. O pensamento civilizacional deturpa fundamentalmente a nossa história. Não são os *povos* que fazem a história, mas as *pessoas* e as ligações que criam umas com as outras. A sociedade humana não é uma floresta cheia de árvores, com subculturas que se ramificam desde troncos únicos. É mais como um canteiro de flores, necessitando de polinização regular para voltar a germinar e crescer de novo.³¹ As culturas locais distintas vêm e vão, mas são criadas e sustentadas pela interação – e, uma vez estabelecido o contacto, nenhuma terra é uma ilha.

Nestas páginas, defenderei que nunca existiu uma cultura ocidental ou europeia única e pura. Os chamados «valores ocidentais» – liberdade, racionalidade, justiça e tolerância – não são apenas ou originalmente ocidentais, e o próprio Ocidente é, em grande medida, o resultado de ligações de longa data com uma rede muito mais vasta de sociedades, tanto a sul e a norte como a leste.³² O período abrangido por este livro é, nesse sentido contrário, uma era de entrelaçamento, na qual os indivíduos e as sociedades agem e reagem em relação uns aos outros. Estas interações não são, de modo algum, sempre positivas ou pacíficas. Com efeito, as maiores transformações podem ocorrer em momentos de grande agitação e antagonismo – migrações, guerras e conquistas – e as pessoas podem aprender mais com os seus maiores rivais.

A história que aqui apresento não é uma narrativa simples sobre, por exemplo, a expansão interminável de uma rede social ou económica, a marcha constante do progresso humano ou a «luz do Oriente», como descreveram alguns estudiosos do século XIX, que só atinge a sua potência máxima no Ocidente.³³ Há voltas e reviravoltas, caminhos paralelos e retrocessos ocasionais. Também não se trata de um livro sobre «influência», um conceito omnipresente, mas sem significado, que inverte a lógica das coisas: atribui o mérito da transferência cultural ao modelo e não aos seus adotantes. O passado, porém, não age sobre o futuro: são as pessoas que escolhem interpretar, desenvolver ou adaptar o que ali encontram.³⁴

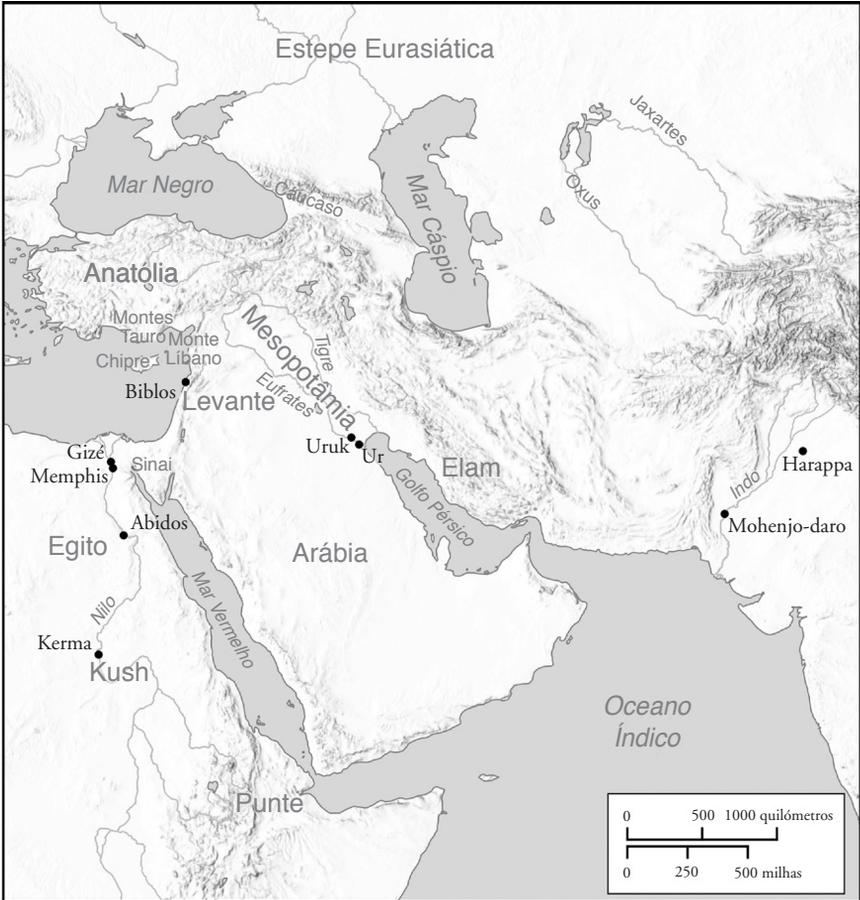
O meu livro baseia-se fortemente na investigação histórica, arqueológica e científica recente, incluindo a «revolução do genoma» do século XXI, que está a transformar a nossa compreensão do movimento humano e das interações no passado. Contudo, também regressa a formas mais antigas de pensar a história e o modo como ela ocorre, através de viagens, encontros e relações. Além disso, fui deliberadamente conservadora, deixando de lado muitas teorias interessantes e plausíveis sobre o contacto e a transmissão cultural entre sociedades distantes, para me concentrar nos exemplos mais bem documentados.

Cerca de quatro milénios separam as duas revoluções que delimitam a minha investigação: a adoção da navegação em mar aberto no Mediterrâneo, que proporcionou a primeira ligação rápida para oeste, e o desenvolvimento de novos instrumentos de navegação que alargaram dramaticamente o horizonte ocidental. Durante grande parte deste período, a Europa foi periférica em relação às grandes redes culturais, comerciais e políticas, até que os Estados marítimos do Extremo Ocidente começaram a criar um novo mundo atlântico sob o poder cristão – um mundo ainda mais ligado ao longo de distâncias ainda maiores, mas que alimentava novas ideologias de distância e separação.

Durante todo este tempo, os seres humanos viajaram por motivos relacionados com o comércio, a diplomacia, a prosperidade, a aventura e a pilhagem. Não eram limitados por noções de civilizações, mas pelos obstáculos reais dos desertos, das montanhas e dos mares – e, não desejando permanecer sozinhos, ultrapassaram-nos.

Os contactos iniciais entre os impérios do Egipto e da Mesopotâmia e o mundo mais simples a oeste foram estabelecidos através da região a que

os primeiros viajantes europeus deram o nome de Levante, a terra do sol nascente, e através de algumas das mais antigas comunidades urbanas do mundo.³⁵ É numa dessas cidades que começa então a nossa história, a cidade que deu o nome aos primeiros veleiros destinados ao mar.



1. O mundo de Biblos no terceiro milénio A.E.C.

1

Uma Única Vela

Biblos, *c.* 2000 A.E.C.

O dia acabou de nascer e é uma manhã quente de há cerca de quatro mil anos. Estamos no porto de Biblos, construído ao longo de um promontório sob as encostas verdes e frescas do monte Líbano. Os barcos de pesca já saíram e a frente marítima transborda de vida: chegam barcas de navios mercantes que ancoraram na noite anterior, alguns jovens divertem-se enquanto carregam uma caravana de burros com sacos e cestos e, a sul das muralhas de pedra da cidade, as jangadas carregadas com troncos de árvores deslizam pelo rio até à costa. Bem acima do porto, ergue-se um novo templo com uma torre que guia os marinheiros para uma amarração segura e com âncoras embutidas na sua escadaria e nas paredes para dar sorte.¹ As pessoas desta pequena cidade compacta e brilhante honram a sua dívida para com o mar.

A alguns quilómetros da costa, um belo veleiro, maior do que os outros, encontra-se ancorado em águas pouco profundas. Os ventos de noroeste diminuíram nas últimas semanas, a temperatura começa a arrefecer e o barco aguarda agora apenas os seus passageiros e tripulantes.

O comércio levou estes homens até muito longe, através de uma teia de cidades e impérios, artesãos e poetas, uma rede enraizada nos vales fluviais do Egito e da Ásia Ocidental, mas ligada a um mundo mais vasto. Os homens falam várias línguas e, se os tivéssemos encontrado na noite anterior, poderiam ter-nos contado algumas histórias enquanto bebíamos um ou dois jarros do excelente vinho local.

Um dos mercadores desceu a costa de barco e subiu o Nilo, passando por mais de uma centena de pirâmides tumulares construídas por reis-sacerdotes egípcios, para fazer negócios na arenosa cidade comercial de Kerma, capital do território a sul que era rico em ouro e a que os egípcios

chamavam Kush. Daí, atravessou o Sara Oriental até ao mar Vermelho, onde se juntou a um comboio de navios que viajavam para sul, rumo ao Corno de África, em busca de marfim, ébano, incenso e ouro.

Também outros dois comerciantes fizeram a longa viagem de burro em direção à Mesopotâmia. Primeiro, avançaram para norte, ao longo das montanhas através da passagem de Akkar, então guardada pelo castelo cruzado de Krak des Chevaliers, e depois para leste, por terras mais planas, em direção ao Eufrates. Um deles prosseguiu por terra até ao Tigre para se encontrar com homens que tinham marchado para sul através do Cáucaso, conduzindo bons cavalos e carregados de peles, e que lhe falaram de uma planície mais a norte, estendendo-se por meses de cavalgada. O outro desceu o Eufrates com os seus produtos até à cidade fortificada de Ur, a norte da costa do golfo Pérsico, um centro portuário muito maior do que Biblos.

Visitou aí o recinto sagrado que se situava na zona noroeste da cidade, dedicado a Nanna, o deus da Lua, e Ningal, a sua consorte, com uma série de templos e pátios, dependências governamentais e o grande palácio do rei. No canto mais afastado, subiu a escadaria tripla do novo zigurate, um templo-montanha escalonado, feito de betume e tijolo, observando do topo os navios que partiam para a Arábia e para a costa indiana e regressavam carregados de cobre e pedras preciosas. Na zona do porto, trocou impressões com um velho que fora enviado do Indo para o Golfo, décadas antes, para gerir os interesses comerciais da sua família, e ouviu-o contar histórias sobre um grande vale verde a leste, com um estranho gado corcunda e cinco enormes cidades construídas em barro vermelho cozido.²

A hipotética conversa dessa noite em Biblos transporta-nos para um mundo vasto e interligado, em constante fluxo, repleto de viajantes para quem o pensamento civilizacional faria pouco sentido. Quando a tripulação partir pela manhã, seguirá numa nova direção, rumo ao sol poente. No entanto, antes de nós próprios os seguirmos, teremos de voltar ao início para percebermos até que ponto a história da humanidade depende do contacto humano e também como chegaram eles tão longe.

Os seres humanos sempre se procuraram uns aos outros, mesmo ao nível das espécies: em virtude desses encontros – amigáveis ou não –, todos temos uma pequena, mas significativa, percentagem de herança neandertal nos nossos genes, e o ADN de pelo menos três outras espécies humanas arcaicas sobrevive nas populações modernas.³ Depois de o *Homo sapiens* ter suplantado outras variedades em todo o planeta, continuou a caminhar

– e, por vezes, também a remar. Os caçadores-recoletores viajavam em função das suas presas e das estações do ano, e viajavam para se encontrarem uns aos outros, construindo juntos misteriosos megálitos nos montes Tauro e organizando banquetes festivos em salões feitos de ossos de mamute ao longo do Dnipro e do Don.⁴ Trocavam matérias-primas: quem vivia no Chipre e junto ao mar Vermelho obtinha obsidiana, um vidro vulcânico duro e brilhante que era convertido em excelentes ferramentas de corte, proveniente da Anatólia Central. Também trocavam informações técnicas: os novos modelos de pontas de seta espalharam-se rapidamente por uma imensa área, desde a Mesopotâmia até à Síria.⁵

Há doze mil anos, no final da Idade do Gelo, quando o clima global estabilizou e começou a aquecer, o intercâmbio tornou-se ainda mais importante no chamado Crescente Fértil (que, na realidade, se assemelha mais a um bumerangue). Nas novas condições temperadas, a abundância de caça e de plantas silvestres locais incentivou as primeiras experiências agrícolas. Os pioneiros agarraram nas gramíneas selvagens locais com sementes pequenas e fáceis de dispersar e, através de uma seleção cuidadosa e repetida, fizeram-nas produzir grãos volumosos e firmemente agarrados, mais fáceis de colher, comer e transformar em farinha, mas que agora necessitavam de intervenção humana para voltar a germinar.⁶ Uma outra forma de reprodução seletiva transformou os animais selvagens em servos humanos: há muito que os cães eram criados recorrendo a lobos para serem companheiros de caça, mas agora os auroques eram transformados em vacas, os javalis em porcos, e as ovelhas eram levadas a abandonar a sua agressividade natural.^{7*}

A agricultura exigia um estilo de vida mais sedentário, mas continuava a depender do contacto e da comunicação. Cada domesticação teve lugar numa área específica do Crescente Fértil: trigo, gado bovino e ovelhas nas colinas setentrionais; cevada e porcos em diferentes áreas a oeste do Eufrates; e cabras no que é hoje o Irão. No entanto, por volta de 7000 A.E.C., todas as novas raças se encontravam por toda a região.⁸ Tal implicou mais do que uma simples troca de sementes e de gado: as pessoas tinham de explicar umas às outras como semear, cultivar, colher e cozinhar as novas plantas e como criar, alimentar e tratar os novos animais.

* O auroque tinha até dois metros de altura e pesava até mil quilogramas, com quartos dianteiros largos e cornos longos e curvos. O último sobrevivente foi abatido na Polónia no século XVII E.C.

A exploração de uma gama mais alargada de culturas e animais reduziu consideravelmente os riscos do estilo de vida agrícola, dependente do clima e dos deuses. A agricultura terá continuado a não agradar a todos: era um trabalho mais árduo do que a caça e a recolha de alimentos, e uma mão de obra sedentária representava um terreno fértil para as doenças infecciosas. Mas os ganhos promoveram o crescimento da população, o que veio a incentivar a migração em busca de novas terras. Após o sétimo milénio A.E.C., a agricultura foi-se expandindo por uma vasta área do planeta. Os agricultores levaram os seus animais, sementes e conhecimentos para sul, rumo ao Egito, para leste, rumo ao Irão e ao vale do Indo, para norte, rumo à Anatólia, e daí para oeste, rumo à Europa. Estabeleceram-se onde quer que, por sorte ou engenho, lhes fosse possível manter as colheitas, à custa de quem costumava caçar e tomar conta de rebanhos nos novos campos. As experiências mais bem-sucedidas ocorreram nos vales fluviais secos da Mesopotâmia, a «terra entre os rios», situada no interior do arco do próprio Crescente Fértil. O cultivo dos ricos solos aluviais entre o Tigre e o Eufrates exigiu a construção de uma intrincada rede de canais e cursos de água e recompensou os agricultores com enormes colheitas. Neste contexto, passaram a poder cultivar alimentos suficientes para sustentar outros que se tornavam oleiros, sacerdotes ou administradores e, no quinto milénio A.E.C., já tinham começado a surgir cidades. No final do quarto milénio A.E.C., Uruk, perto do Eufrates, era uma verdadeira cidade de 250 hectares – quase do tamanho do Soho londrino – com canais, templos e uma população de 20 mil a 40 mil habitantes.^{9*}

As exigências administrativas da gestão de um vasto território agrícola para lá das muralhas da cidade levaram a que Uruk desenvolvesse também o primeiro sistema de pesos e medidas padrão conhecido no mundo, baseado na carga que um homem médio podia transportar (um talento) e no comprimento do seu antebraço (um cúbito, ou côvado).¹⁰ A primeira escrita surge também aqui. Inicialmente, era apenas um sistema de contagem – círculos para as dezenas, linhas para as unidades –, mas depois os escribas acrescentaram pictogramas para mostrar o que estava a ser contado. No final do quarto milénio A.E.C., tinham alargado este

* Um hectare tem cem metros de comprimento por cem metros de largura, aproximadamente a mesma dimensão de um campo de rãguebi.

código para registrar a língua local e depois a literatura em sinais impressos em placas de argila com um estilete e agora conhecidos como «cuneiformes», termo derivado do latim para «em forma de cunha». ^{11*}

Em meados do terceiro milénio A.E.C., uma manta de retalhos de cidades governadas por reis cobria o sul da Mesopotâmia, algumas delas com dezenas de milhares de habitantes. Podemos contar uma história semelhante sobre o Egito, onde a agricultura chegou ao Nilo no sexto milénio A.E.C. Também neste caso foi necessária uma complexa tecnologia de irrigação para reter e desviar as cheias anuais, e as colheitas revelaram-se mais uma vez impressionantes. No final do quarto milénio, já tinham nascido grandes cidades ao longo do Nilo e, por volta de 3000 A.E.C., as comunidades do Alto e do Baixo Egito reuniram-se sob as dinastias do «Reino Antigo», que escreviam em hieróglifos, construíram as pirâmides e governaram mais de um milhão de pessoas.

Esta é uma história tão familiar que poderá soar a destino: os primeiros degraus da escada do progresso montada no século XVIII, mediante a qual os caçadores se transformam em pastores e depois em agricultores, que constroem cidades e adquirem governantes, regras e instituições – em suma, a civilização. Na realidade, porém, revela as lacunas da narrativa tradicional do autodesenvolvimento. ¹² Tal como as comunidades anteriores, mais pequenas, os reinos da Mesopotâmia e do Egito não se fizeram a si próprios. Nem eram as únicas sociedades relevantes nesta época. Até mesmo as primeiras cidades precisaram de importar materiais de construção – madeira, pedra e metais – de muito longe, criando ligações económicas entre reis, mineiros e madeireiros ao longo de milhares de quilómetros. No terceiro milénio A.E.C., a invenção do bronze inaugurou uma nova era de trocas regulares a longa distância. Os ferreiros antigos criaram esta nova substância ao combinarem o cobre com uma liga para criar um metal mais forte e duro, com um ponto de fusão mais baixo, que permitia uma fundição mais fácil e arestas de corte mais afiadas. ¹³ Em pouco tempo, passou a ser utilizado em tudo, desde painéis e ornamentos até armas e armaduras, mas com um custo. O cobre é difícil de encontrar fora das regiões montanhosas e o bronze de boa qualidade era ligado com estanho, muito raro

* O sumério, a primeira língua escrita do mundo, não tem parentes sobreviventes. Tal como muitas línguas posteriores, funcionava com base em «géneros» gramaticais, mas estes não se resumiam a masculino, feminino e neutro. Em vez disso, os falantes de sumério organizavam o seu mundo em pessoas (incluindo deuses) e não-pessoas (incluindo animais).